



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONTRATO Nº 35/2020

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO E A EMPRESA INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - IPT.**

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**, inscrito no CNPJ sob nº 50.290.931/0001-40, isento de Inscrição Estadual, com sede na Avenida Rangel Pestana nº 315, Centro, São Paulo, Capital, representado, pelo Senhor Diretor Técnico do Departamento Geral de Administração, Senhor **Carlos Eduardo Corrêa Malek**, RG nº 13.146.149-7 SSP/SP e CPF nº 075.299.248-18, conforme Delegação de Competência fixada pelas Resoluções no 1/97 publicada no DOE de 08/03/97, e no 4/97 publicada no DOE de 20/03/97, e pelo Ato nº 1.917/15 publicado no DOE de 8 de outubro de 2015, de ora em diante designado **CONTRATANTE**, e a empresa **INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - IPT**, inscrita no CNPJ sob nº 60.633.674/0001-55, com sede na Avenida Professor Almeida Prado, nº 532, Prédio 01 – Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira" – Butantã – São Paulo – SP CEP 05508-901, representada na forma do seu Estatuto Social pelas Senhoras **Zehbour Panossian**, RG nº 4.524.527-7 e CPF nº 189.294.008-68 e **Flávia Gutierrez Motta**, RG nº 25.127.013-0 e CPF nº 245.936.318-40, doravante denominada **CONTRATADA**, nos termos nos termos do **Art. 24, inciso I, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993**, com suas posteriores alterações, firmam o presente contrato, conforme autorização contida nos autos do processo **SEI nº 3885/2020-51**, com as seguintes cláusulas:

## CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO

**1.1-** Inspeção técnica do muro de divisa e da estrutura de contenção entre o imóvel vizinho e o escritório da Unidade Regional de São José dos Campos (UR-7) do **CONTRATANTE**, elaboração de Relatório Técnico com identificação e mapeamento das anomalias existentes e indicações/recomendações de reparos eventualmente necessários.

**1.2-** Integram o presente instrumento, os seguintes documentos:

- a) Anexo I – Termo de Ciência e de Notificação;
- b) Anexo II – Ordem de Serviço GP nº 02/2001; e
- c) Anexo III – Resolução nº 05/93.

**1.3-** Considera-se parte integrante do presente instrumento, como se nele estivesse transcrita, a proposta comercial, datada de **15/06/2020**, apresentada pela **CONTRATADA**.





# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

## 1.4- LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

**UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (UR-07)** – Localizada na Av. Heitor Vila Lobos, 781, Vila Ema, São José dos Campos, SP, CEP 12243-260.

## CLÁUSULA SEGUNDA CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E DE RECEBIMENTO

**2.1-** O objeto será executado conforme as especificações e as condições estabelecidas na Proposta Comercial apresentada pela **CONTRATADA** e será recebido por **Comissão de Fiscalização** designada pelo **CONTRATANTE**, que expedirá o Atestado de Realização dos Serviços.

**2.2-** Até o **5º (quinto) dia útil do mês** subsequente à prestação dos serviços, tendo sido prestados adequadamente, a Comissão de Fiscalização autorizará a **CONTRATADA** a apresentar a nota fiscal/fatura, o que deve ser feito no primeiro dia útil subsequente à comunicação dos valores aprovados.

**2.3-** Recebida a Nota Fiscal Fatura de Serviço (NFFS), a **Comissão de Fiscalização** terá o prazo de até **02 (dois) dias úteis** para a emissão do Atestado de Realização dos Serviços e encaminhamento da mesma para o devido pagamento.

**2.3.1-** O Atestado de Realização do Serviço será emitido apenas se o objeto estiver plenamente de acordo com o estabelecido na proposta comercial e no presente ajuste.

**2.4-** A expedição do Atestado de Realização dos Serviços pela **Comissão de Fiscalização** estará subordinada, no que couber, ao atendimento das normas estabelecidas pela Ordem de Serviço GP nº 02/2001 do **CONTRATANTE**, **Anexo II** deste Contrato.

## CLÁUSULA TERCEIRA VALOR E RECURSOS

**3.1-** O valor total do presente contrato é de **R\$ 25.000,00** (vinte e cinco mil reais).

**3.1.1-** O preço é fixo e irrealizável.

**3.2-** A despesa onerará os recursos orçamentários e financeiros da funcional programática 01.032.0200.4821- Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, Elemento: 3.3.90.39.99.

## CLÁUSULA QUARTA PAGAMENTO

**4.1-** O pagamento será efetuado em conformidade com o procedimento descrito na **Cláusula Segunda** deste Contrato e correspondente **Atestado de Realização dos Serviços**, mediante a apresentação do original da nota fiscal/fatura;



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

**4.1.1-** O pagamento será efetuado em **15 (quinze) dias** contados da emissão do **Atestado de Realização dos Serviços**, diretamente no Banco, em conta corrente da **CONTRATADA**.

**4.2-** Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à contratação contenham incorreções.

**4.3-** A contagem do prazo para pagamento considerará dias corridos e terá início e encerramento em dias de expediente do **CONTRATANTE**.

**4.4-** O pagamento respeitará, ainda, no que couber, as disposições da Ordem de Serviço GP nº 02/2001 do **CONTRATANTE**, que integra o presente instrumento como **Anexo II**.

**4.5-** Para efeito de pagamento, a **CONTRATADA** encaminhará os documentos de cobrança para a **Comissão de Fiscalização**.

**4.6-** Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitado à **CONTRATADA**, carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada à Comissão de Fiscalização no prazo de **2 (dois) dias úteis**;

**4.6.1-** Caso a **CONTRATADA** não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado a partir da data da sua apresentação.

**4.7-** Havendo divergência ou erro na emissão do documento fiscal, fica interrompido o prazo para o pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização dessa documentação.

## CLÁUSULA QUINTA VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO

**5.1-** A vigência deste contrato inicia-se na data indicada pelo **CONTRATANTE** na **Autorização para Início dos Serviços**, encerrando-se no término do prazo de execução dos serviços, com eficácia após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOE/SP.

**5.2-** O prazo de execução dos serviços é de **03 (três) meses**, contados da data indicada pelo **CONTRATANTE** na **Autorização para Início dos Serviços**.

## CLÁUSULA SEXTA OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**6.1-** Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal.

**6.2-** Atender, no âmbito de suas obrigações, os dispositivos da Ordem de Serviço nº 02/2001, do **CONTRATANTE**, publicada no DOE em 30/05/2001, a qual segue como **Anexo II** deste instrumento.



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

**6.3-** Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

**6.4-** Manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação exigidas na contratação, apresentando documentação revalidada se, no curso deste contrato, algum documento perder a validade.

**6.5-** Comunicar imediatamente a Comissão de Fiscalização do Contrato, quaisquer fatos ou anormalidades que possam prejudicar o bom andamento e/ou o resultado final dos serviços.

**6.6-** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato.

## CLÁUSULA SÉTIMA OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

**7.1-** Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

**7.2-** Acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato por uma Comissão de Fiscalização formalmente designada.

## CLÁUSULA OITAVA RESCISÃO E SANÇÕES

**8.1-** O não cumprimento das obrigações assumidas no presente contrato ou a ocorrência da hipótese prevista nos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas posteriores alterações, autoriza, desde já, o **CONTRATANTE** a rescindir unilateralmente este Contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável, ainda, o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal, no caso de inadimplência.

**8.2-** A **CONTRATADA** se sujeita às sanções previstas na legislação vigente e na Resolução nº 5, de 1º de Setembro de 1993 (alterada pela Resolução nº 3/08), do **CONTRATANTE**, que faz parte integrante do presente ajuste como **Anexo III**.

**8.3-** No caso de rescisão administrativa unilateral, a **CONTRATADA** reconhece o direito do **CONTRATANTE** de aplicar as sanções previstas neste ajuste e na legislação vigente.

**8.4-** A aplicação de quaisquer sanções referidas neste dispositivo, não afasta a responsabilização civil da **CONTRATADA** pela inexecução total ou parcial do objeto ou pela inadimplência.

**8.5-** A aplicação das penalidades não impede o **CONTRATANTE** de exigir o ressarcimento dos prejuízos efetivados decorrentes de quaisquer faltas cometidas pela **CONTRATADA**.





# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

## CLÁUSULA NONA FORO

9.1- O foro competente para toda e qualquer ação decorrente do presente Contrato é o Foro Central da Capital do Estado de São Paulo.

9.2- E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente contrato para todos os fins de direito.

São Paulo, em 16 SET 2020

  
**Carlos Eduardo Corrêa Malek**  
Diretor Técnico  
Departamento Geral de Administração  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**ZEHBOUR**  
Assinado de forma digital  
por ZEHBOUR  
PANOSSIAN:18929400868  
Dados: 2020.09.01  
11:56:27 -03'00'

**Zehbour Panossian**  
Diretora de Inovação e Negócios

**FLAVIA**  
Assinado de forma digital  
por FLAVIA GUTIERREZ  
GUTIERREZ  
MOTTA:24593631840  
Dados: 2020.09.01  
12:46:26 -03'00'

**Flávia Gutierrez Motta**  
Diretora Financeira e Administrativa

**INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS  
DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - IPT**

### Testemunhas:

**CIRO JOSE RIBEIRO VILLELA**  
ARAUIJO:22020325845

Assinado de forma digital por CIRO JOSE RIBEIRO VILLELA  
ARAUIJO:22020325845  
DN: c=BR, ou=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=SEM BRANCO,  
o=Autorizado por AR certsign, cn=CIRO JOSE RIBEIRO  
VILLELA ARAUIJO:22020325845  
DnSnc:2020.09.02.15:59:45 -03'00'

Nome:  
RG nº:

**RAFAEL DA**  
FONSECA:313352  
70884

Assinado de forma digital por  
RAFAEL DA  
FONSECA:31335270884  
Dados: 2020.09.03 13:36:16  
-03'00'

Nome:  
RG nº:





# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

## ANEXO I TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

**CONTRATANTE:** TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**CONTRATADA:** INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - IPT.  
**CONTRATO N°:** 35/2020

**SEI - PROCESSO n° 3885/2020-51**

**OBJETO:** Inspeção técnica do muro de divisa e da estrutura de contenção entre o imóvel vizinho e o escritório da Unidade Regional de São José dos Campos (UR-7) do **CONTRATANTE**, elaboração de Relatório Técnico com identificação e mapeamento das anomalias existentes e indicações/recomendações de reparos eventualmente necessários.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

### 1. Estamos CIENTES de que:

- o ajuste acima referido estará sujeito à análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução n° 01/2011 do TCE-SP;
- além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar n° 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

### 2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

São Paulo, em 16 SET 2020

#### CONTRATANTE

**Carlos Eduardo Corrêa Malek** – Diretor Técnico  
**E-MAIL INSTITUCIONAL:** [cmalek@tce.sp.gov.br](mailto:cmalek@tce.sp.gov.br)  
**E-MAIL PESSOAL:**  
**Assinatura:**

#### CONTRATADA

**Zehbour Panossian** - Diretora de Inovação e Negócios  
**E-MAIL INSTITUCIONAL:** [zep@ipt.br](mailto:zep@ipt.br)  
**E-MAIL PESSOAL:**  
**Assinatura:** ZEHBOUR  
PANOSSIAN:18929400868

Assinado de forma digital por  
ZEHBOUR PANOSSIAN:18929400868  
Dados: 2020.09.01 13:10:00 -03'00'

**Flávia Gutierrez Motta** - Diretora Financeira e Administrativa  
**E-MAIL INSTITUCIONAL:** [fgmotta@ipt.br](mailto:fgmotta@ipt.br)  
**E-MAIL PESSOAL:**  
**Assinatura:** FLAVIA GUTIERREZ  
MOTTA:24593631840

Assinado de forma digital por FLAVIA  
GUTIERREZ MOTTA:24593631840  
Dados: 2020.09.01 12:47:55 -03'00'







# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

## ANEXO II ORDEM DE SERVIÇO GP Nº. 02/2001

PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, PODER LEGISLATIVO, EM 30/05/2001, PÁG. 35.

TCA - 29.863/026/00

Regulamenta, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado, o § 2º do artigo 71 da Lei Federal 8666/93, com a redação determinada pela Lei nº 9.032, de 28.04.95.

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 2º, inciso XXIII da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, c/c o artigo 24 do Regimento Interno;

Considerando o disposto no artigo 23 da Lei nº 9711, de 20.11.98, que alterou a redação do artigo 31 da Lei nº 8212, de 24.07.91;

Considerando as normas do Decreto nº 3.048, de 6.05.99, que "Aprova o Regulamento da Previdência Social e dá outras providências", especialmente aquelas previstas em seu artigo 219 e §§;

Considerando o dever imposto por tais normas à Administração; e

Considerando, finalmente, caber à Administração exigir do contratado a comprovação do adimplemento das obrigações previdenciárias relativas ao objeto da avença, de modo a prevenir eventual responsabilidade solidária que, quanto a estas, lhe possa recair.

### RESOLVE

Regulamentar o artigo 71, § 2º da Lei Federal nº 8.666/93, com a redação determinada pela Lei nº 9.032/95, nos rigorosos termos que seguem, aplicáveis aos contratos em que este Tribunal figurar como Contratante.

Art. 1º - Por força do contido no art. 31 e §§ da Lei nº 9.711, c/c com o artigo 219, § 3º do Decreto 3.048/99, este Tribunal deverá reter 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços ali enumerados, para recolhimento, no prazo legal e regulamentar, em nome da Empresa contratada.

Art. 2º - Não se emitirá atestado de realização dos serviços sem prévia verificação, pelo Gestor do Contrato, do efetivo cumprimento das regras desta Ordem de Serviço.

Parágrafo Único: O atestado a que se refere o caput será assinado por todos os membros da Comissão de Fiscalização do Contrato, incluído o gestor.

Art. 3º - O Contratado deverá apresentar para a Comissão de Fiscalização:

I - Cópia autenticada da carteira de trabalho, devidamente registrada, dos empregados que prestam serviços vinculados ao contrato.

II - Inscrição dos empregados e respectivos recolhimentos mensais previdenciários.

III - Comprovante dos recolhimentos regulares do FGTS.

IV - Comprovantes de:

- a) EPI's - Equipamento de Proteção Individual;
- b) Saúde Ocupacional;
- c) Seguro de Vida;
- d) Uniforme da Empresa.

Art. 4º - No caso de contratação envolvendo execução de obras:

I - Incumbe ao Contratado, juntamente com a Comissão Técnica de Fiscalização, providenciar:

a) Inscrição da obra no posto do INSS, e informação sobre o valor pára obtenção da CND - Certidão Negativa de Débitos da obra Contratada.

b) Recolhimentos de seguros de Riscos de Engenharia, de Vida e outros previstos contratualmente.

c) Recolhimento da ART - Anotação de Responsabilidade Técnica (para projetos, obras, etc.).

d) Recolhimento mensal do ISS para fins de "Habite-se".

Parágrafo Único: Somente se emitirá Termo de Recebimento Definitivo da obra mediante obtenção e apresentação, pelo Contratado, da CND e do Habite-se.

Art. 5º - Os instrumentos convocatórios deverão, doravante, obrigatoriamente, fazer menção a esta Ordem de Serviço para que dela tenham ciência os interessados em Contratar com o Tribunal.

Art. 6º - Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data da publicação, sem prejuízo das disposições constantes das Ordens de Serviço 1/83 e 1/89, revogadas as disposições em contrário.





# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

## **ANEXO III** **RESOLUÇÃO nº. 5/93\***

TC-A -16.529/026/93 – de 1/9/93

PUBLICADA no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 2 de setembro de 1993.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e, tendo como fundamento a regra do artigo 115 da Lei nº. 8.666/93, considerando a faculdade de expedir normas para a realização de seus procedimentos licitatórios; considerando que a Lei nº. 8.666/93, ao se referir à multa o faz genericamente;

Considerando a necessidade de se estabelecerem parâmetros para a aplicação da sanção.

RESOLVE baixar a presente resolução, na conformidade seguinte:

Artigo 1º - A aplicação de multa na infringência ao disposto nos artigos 81, 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, obedecerá ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o as seguintes penalidades:

I - Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida; ou

II - Pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

Artigo 3º - O atraso injustificado na execução do contrato de serviço, obra, ou na entrega de materiais, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei 8.666/93 e artigo 7º da Lei 10.520/02, sujeitará a contratada à multa de mora sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, na seguinte proporção:

I - Multa de 10% (dez por cento) até o 30º (trigésimo) dia de atraso; e

II - Multa de 15% (quinze por cento) a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso.

Parágrafo único - A partir do 46º (quadragésimo sexto) dia estará caracterizada a inexecução total ou parcial da obrigação assumida, salvo disposição em contrário, em casos particulares, previstos no edital ou contrato, sujeitando-se à aplicação da multa prevista no artigo quarto desta resolução.

Artigo 4º - Pela inexecução total ou parcial do serviço, compra ou obra poderão ser aplicadas à contratada as seguintes penalidades:

I - Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida; ou

II - Multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

Artigo 5º - O material não aceito deverá ser substituído dentro do prazo fixado pela administração do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que não excederá a 15 (quinze) dias, contados do recebimento da intimação.

Parágrafo único - A não ocorrência de substituição dentro do prazo estipulado ensejará a aplicação da multa prevista no Artigo 4º desta Resolução, considerando-se a mora, nesta hipótese, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido no "caput" deste artigo.

Artigo 6º - O pedido de prorrogação de prazo final da obra e/ou serviços ou entrega de material somente será apreciado se efetuado dentro dos prazos fixados no contrato ou instrumento equivalente.

Artigo 7º - As multas referidas nesta resolução não impedem a aplicação de outras sanções previstas nas Leis 8.666/93 e 10.520/02.

§ 1º - Verificado que a obrigação foi cumprida com atraso injustificado ou caracterizada a inexecução parcial, o Tribunal reterá, preventivamente, o valor da multa dos eventuais créditos que a contratada tenha direito, até a decisão definitiva, assegurada a ampla defesa.

§ 2º - Caso a contratada tenha prestado garantia, e esta for insuficiente para cobrir o valor da multa, será retida a diferença, nos termos disciplinados no parágrafo anterior.

§ 3º - Se este Tribunal decidir pela não aplicação da multa, o valor retido será devolvido à contratada devidamente corrigido pelo IPC-FIPE.

Artigo 8º - As normas estabelecidas nesta Resolução deverão constar em todos os procedimentos licitatórios e de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 9º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

\* Atualizada pela Resolução nº. 03/08, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 4 de setembro de 2008.

